PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Cria a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica instituída a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS) como programa de cooperação voltado à execução de medidas de prevenção, assistência e repressão a situações epidemiológicas, de desastres ou de desassistência à população.

Parágrafo único. Poderão aderir voluntariamente à FN-SUS os entes federados interessados, por meio de instrumento específico.

Art. 2º. São atribuições do órgão gestor da FN-SUS:

I - definir as diretrizes operacionais de atuação da FN-SUS;

II - convocar e coordenar a FN-SUS para atuar nos casos de declaração de emergência em saúde pública de importância nacional - ESPIN e em outras situações de emergência em saúde pública;

III - definir os critérios e mecanismos para avaliar as solicitações de apoio da FN-SUS por parte dos Estados, Municípios e Distrito Federal, quando esgotadas suas capacidades de resposta em situações de emergência em saúde pública;

IV - estabelecer as diretrizes de seleção, educação permanente e qualificação dos integrantes da FN-SUS;

V - manter cadastro de profissionais integrantes da FN-SUS atualizado a serem convocados e mobilizados para atuação sempre que se fizer necessário;

VI - manter cadastro de pesquisadores e especialistas em saúde, instituições e serviços que comporão as respostas coordenadas às emergências em saúde pública;

VII - articular-se com as demais instâncias do SUS na provisão de força de trabalho, de logística e de recursos materiais para assegurar a execução das ações de saúde da FN-SUS;

VIII - solicitar apoio de outros órgãos e entidades federais na operacionalização da resposta às emergências em saúde pública e desastres; e

IX - celebrar contratos, convênios e instrumentos de cooperação para assegurar a força de trabalho, a logística e os recursos materiais.

Parágrafo único. O ato de convocação da FN-SUS conterà os limites e prazo de sua atuação.

Art. 3º. A FN-SUS será formada por equipes de profissionais da União que atuarão em conjunto com as demais esferas de governo e instituições envolvidas na resposta às situações de emergência em saúde pública.

Art. 4º. Poderão compor a FN-SUS:

I – servidores ou empregados públicos de hospitais sob gestão federal e hospitais universitários federais;

II – servidores ou empregados públicos do Ministério da Saúde e entidades vinculadas;

III – pessoal contratado temporariamente por excepcional interesse público, nos termos da Lei nº 8.745, de 1993;

IV – servidores ou empregados públicos estaduais, distritais ou municipais vinculados ao SUS dos entes que aderirem à FN-SUS;

V – profissionais dos hospitais filantrópicos integrantes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS); e

VI – voluntários com formação na área da saúde.

§ 1º A participação na FN-SUS será promovida de acordo com a situação que originou a declaração de ESPIN e a sua gravidade.

§ 2º No caso de servidores ou empregados públicos que não integrem o quadro de pessoal do Ministério da Saúde, a designação para compor o cadastro de profissionais integrantes da FN-SUS deverá ser solicitada ao Ministro de Economia.

§ 3º Os servidores ou empregados públicos vinculados aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios serão designados pelo órgão gestor da FN-SUS para composição da FN-SUS, após indicação prévia do ente federado respectivo.

§ 4º Os servidores e empregados públicos que integrarem a FN-SUS serão coordenados pelo órgão gestor da FN-SUS apenas enquanto durar sua designação, sem prejuízo de sua remuneração e do seu vínculo funcional com o órgão ou entidade de origem.

Art. 5º. Os servidores públicos federais convocados para atuar na FN-SUS, quando afastarem-se da sua sede, farão jus a diárias e passagens, nos termos do que dispõe o art. 58, da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Parágrafo único. As despesas com diárias e passagens a que se refere o caput correrão à conta das dotações orçamentárias previstas para o Ministério da Saúde.

Art. 6º. Os servidores e empregados públicos designados para atuar na FN-SUS trabalharão de modo integrado com a direção estadual, distrital e municipal do SUS.

Art. 7º. As Forças Armadas, mediante autorização do Presidente da República, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, poderão oferecer instalações, recursos humanos, transporte, logística e treinamento de modo a contribuir com as atividades da FN-SUS.

Parágrafo único. As despesas das operações das Forças Armadas, nos termos do disposto do caput, serão custeadas com dotações orçamentárias do Ministério da Saúde.

Art. 8º. Os hospitais integrantes do PROADI, mediante solicitação do gestor nacional do SUS, poderão oferecer instalações, recursos humanos, transporte, logística e treinamento de modo a contribuir com as atividades da FN-SUS.

Art. 9º. Os órgãos e entidades federais, mediante ajuste com o órgão gestor da FN-SUS, poderão oferecer instalações, recursos humanos, transporte, logística e treinamento de modo a contribuir com as atividades da FN-SUS.

Art. 10. Os entes federados que aderirem à FN-SUS poderão fornecer recursos materiais e logísticos para sua operacionalização.

Art. 11. O Poder Público destinará recursos orçamentários específicos para ativação e manutenção da FN-SUS.

Art. 12. A FN-SUS poderá ser convocada para integrar ações humanitárias e em resposta internacional coordenada, quando solicitado.

Art. 13. Ato do órgão gestor da FN-SUS poderá estabelecer condições complementares para aplicação deste Decreto.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Frente à pasta do Ministério da Saúde no governo Dilma, criamos, em novembro de 2011, por meio do Decreto 7.616/2011, a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS). Trata-se de um programa de cooperação de essencial importância voltado à execução de medidas de prevenção, assistência e repressão a situações epidemiológicas, de desastres ou de desassistência à população quando for esgotada a capacidade de resposta dos estados ou municípios.

Desde sua criação, a Força Nacional do SUS realizou, com êxito, mais de 40 missões de apoio a situações de desastres naturais (enchentes e deslizamentos), no apoio à gestão de grandes eventos (Rio+20 e eventos como Círio de Nazaré, Copa do Mundo e Olimpíadas 2016), desassistência (apoio a reorganização da Rede de Atenção à Saúde, como migração de haitianos em Roraima e assistência indígena) e atuação relacionada a tragédias (incêndio em boate em Santa Maria/RS).

Para que a Força Nacional do SUS seja acionada, o município ou o estado deve decretar situação de emergência, calamidade ou desassistência e

solicitar o apoio do Ministério da Saúde. Com isso, é deslocada uma equipe formada por profissionais de saúde voluntários das mais diversas áreas para a chamada “missão exploratória”, quando profissionais vão até o local para fazer um diagnóstico da rede de saúde e verificar a necessidade de apoio em relação a equipamentos, insumos e profissionais de saúde. Esta etapa pode ser descartada em situações onde a resposta precise ser imediata.

As equipes da Força Nacional do SUS realizam orientações técnicas, ações de busca ativa e monitoramento de pacientes, atendimentos, liberação de medicamentos e apoio na reconstrução da rede de atenção à saúde local, dependendo do nível de resposta que a situação exija. Sua instituição é considerada como um avanço, sendo que além da prestação de serviços, agregou valor e fortaleceu a imagem do SUS como política pública universal e equânime no Brasil e no mundo.

Entretanto, apesar do desempenho altamente qualificado e do grande reconhecimento popular adquirido pela Força Nacional do SUS ao longo de suas missões, foi bastante tímida a atuação do Ministério da Saúde do atual governo junto à população de Brumadinho, gravemente atingida após o rompimento de três barragens da Vale no município, fruto de um grave crime ambiental. Essa catástrofe, que evidenciou o total descaso e incompetência da empresa privatizada Vale, a qual repetiu erros que provocaram a tragédia de Mariana a um custo humano e ambiental altíssimo. A grave situação atual impõe a todos nós deputados envolvidos com a saúde, meio ambiente e com a vida humana, a obrigação de modificar os rumos até então tomados em prol de leis que possam evitar que tristes episódios como esse aconteçam, trazer mais segurança às pessoas que habitam áreas em risco, bem como tornar mais eficiente o auxílio prestado à população em casos de desastres.

Nesse sentido, tendo em vista o importante papel realizado pela Força Nacional do SUS desde sua criação, auxiliando a população em casos de situações epidemiológicas, desastres ou de desassistência à população, propomos a criação da FNS-SUS por Lei, instrumento duradouro, de difícil revogação, para que lhe seja concedido um caráter mais definitivo.

Quando uma política se torna objeto de lei aprovada com ampla participação social, passa a ser considerada de Estado, marcada pela perenidade, e não mais uma política de governo, que pode ser modificada a cada mudança de titularidade do Poder.

Assim, com a mais profunda convicção acerca dos benefícios da presente proposição, contamos com o apoio de nossos pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2019.

Deputado Alexandre Padilha
PT/SP